

## AS REGIÕES GEOECONÔMICAS OU COMPLEXOS REGIONAIS

No Brasil, a partir da implantação do sistema de governo-geral (1549), o fortalecimento do governo central resultante da concentração de poderes (político, econômico) foi crescente. Com a Proclamação da República e o conseqüente estabelecimento do federalismo, houve o período da chamada República Velha (1889-1930), em que os estados e os municípios gozaram de ampla autonomia.

No entanto, desde a gestão de Getúlio Vargas o governo central volta a monopolizar o poder político e econômico, em detrimento da autonomia dos estados e dos municípios.

Mesmo atualmente, apesar de vivermos sob a égide de uma Constituição promulgada (a de 1988), o governo federal continua a exercer amplos poderes sobre os estados e municípios. Se compararmos, por exemplo, o grau de autonomia das unidades político-administrativas brasileiras com o das equivalentes norte-americanas, veremos que o destas últimas é muito maior.

Em 1938, no governo do presidente Getúlio Vargas, foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Seu objetivo era conhecer melhor o território nacional e os dados estatísticos da população brasileira.

Para realizar essa tarefa, era preciso considerar as enormes diferenças existentes entre as diversas áreas do país. Por isso, foi necessário dividir o país em regiões.

### Regionalização

Por **regionalização** entende-se a divisão e um espaço ou território em unidades de área que apresentam características que as individualizam.

A regionalização pode ser estabelecida segundo diferentes critérios (físicos ou naturais, socioeconômicos) e tendo em vista diferentes objetivos como políticos, econômicos, administrativos, de divulgação de dados estatísticos, planejamento, etc.

No início do século XX, a economia brasileira era constituída por várias economias regionais pouco ligadas entre si e estruturadas na exportação de produtos primários. A fragmentação econômica regional configurava o que se convencionou chamar de **arquipélago econômico**. O Nordeste açucareiro, o Sudeste cafeeiro e a Amazônia extrativista (borracha) eram as principais.

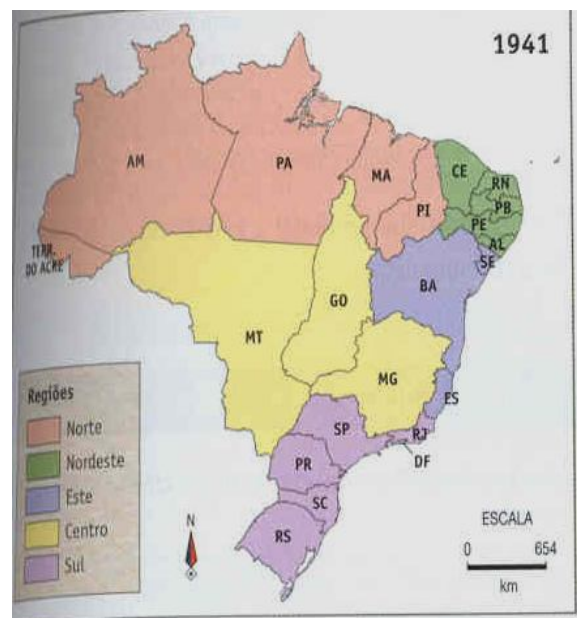
Como a integração dessas economias muito limitada, os mercados regionais tinham maior importância que o mercado nacional. Outra característica da economia de arquipélago era a forte concentração de poderes pelas oligarquias estaduais e regionais, como a oligarquia cafeeira.

Na década de 1930, impulsionado pela política de industrialização e de integração econômica do país, o governo Getúlio Vargas desmontou a estrutura espacial da economia de

arquipélago, criando em seu lugar uma **economia nacional**. O processo de integração econômica do espaço nacional contou, entre outras, com as seguintes iniciativas do governo federal:

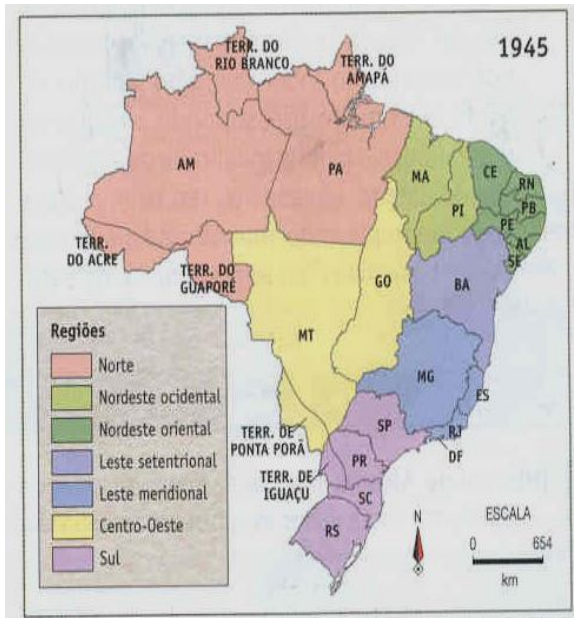
- O incremento do comércio interestadual e inter-regional, por meio da extinção dos impostos que cada estado cobrava sobre as mercadorias que recebia;
- A eliminação do direito que os estados tinham de legislar sobre o comércio externo;
- A realização de grandes investimentos em obras de infraestrutura ou serviços de alcance nacional (transporte, comunicações, energia, saúde, educação).

Essa integração econômica gerou a necessidade do conhecimento estatístico e do potencial de recursos do território. Por isso o interesse do governo federal em estabelecer, pela primeira vez no Brasil, uma divisão regional oficial.

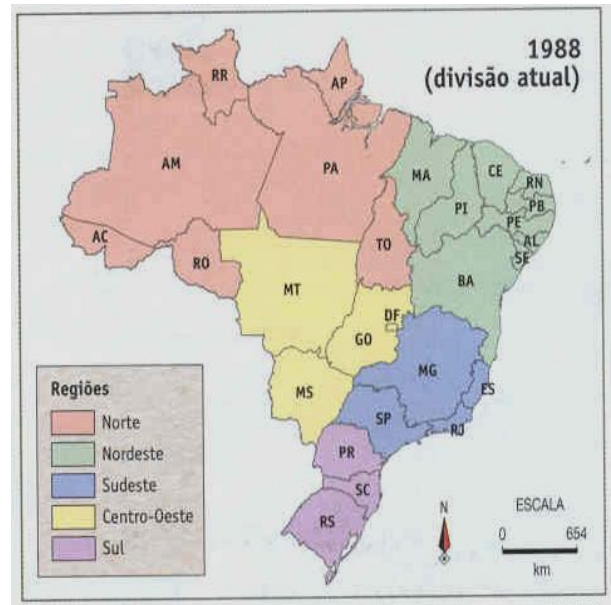


As duas primeiras divisões regionais do país foram elaboradas em 1941 (mapa acima) e 1945 (mapa a seguir), segundo o critério de *região natural*. Compreende-se por região natural uma determinada área geográfica que passa a ser caracterizada segundo um ou mais aspectos naturais, como clima, relevo ou vegetação.

A classificação de 1941, delimitava cinco grandes regiões (Norte, Nordeste, Este, Centro e Sul). Em 1945, embora tenha conservado as mesmas regiões, uma nova divisão acrescentou um sistema hierárquico: grandes regiões, regiões, sub-regiões, as **zonas fisiográficas** (áreas de características físicas semelhantes), além dos territórios federais criados em 1942 (Fernando de Noronha) e em 1943 (Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu).

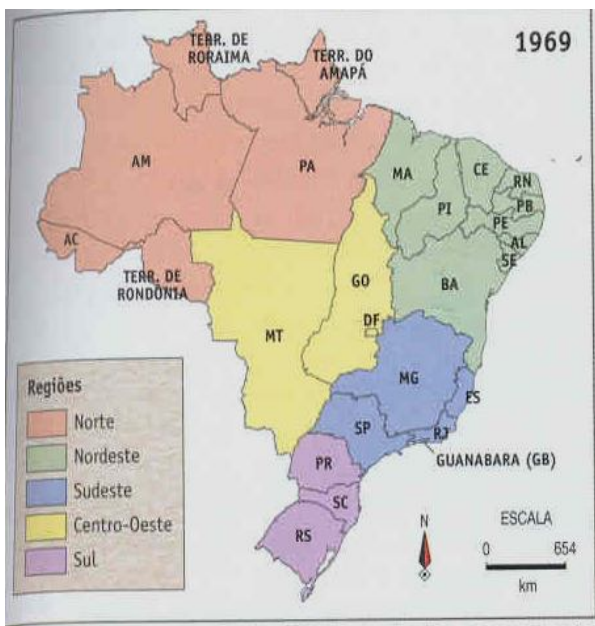


Estado de Goiás, foi incluído na Região Norte, além da formação dos territórios em Estados.



Em 1969, o IBGE elaborou um novo mapa, desta vez adotando o critério de *regiões homogêneas*. O conceito de região homogênea é mais abrangente que o de região natural, pois vai além dos aspectos criados pela natureza. É definido pelo conjunto de elementos naturais, sociais e econômicos da região.

Essa divisão baseou-se no conceito de regiões homogêneas. Apesar de não haver delimitação precisa dos elementos físicos e humanos entre uma região e outra, o IBGE utilizou a delimitação político-administrativa: nenhum estado ou território pertence a duas ou mais regiões. Assim foram estabelecidos cinco regiões: Norte; Nordeste; Sul; Sudeste e Centro-Oeste.



As regiões geoeconômicas ou complexos regionais

A principal modificação em relação à divisão anterior foi a criação da região Sudeste, em virtude da consolidação dessa área como o “coração econômico” do país. A região Leste desaparece: a Bahia passa a integrar o Nordeste, e os outros estados, juntamente com São Paulo, antes na região Sul, formam a nova região Sudeste. Esta é a última divisão regional do país que continua em vigor com uma modificação: o Estado de Tocantins, criado em 1988 e desmembrado do



A divisão em regiões geoeconômicas é uma proposta de estudo do espaço brasileiro com base em três grandes unidades territoriais: Amazônia; Nordeste e Centro-Sul,

individualizadas segundo critérios geográficos e econômicos. Trata-se de uma proposta não-oficial, elaborada em 1967 pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger.

Nessa divisão, ao contrário do que ocorre com a do IBGE, os limites das regiões não coincidem com os estados. Isso significa que um estado, dependendo de suas características, pode ter parte do seu território em uma região e parte em outra. É o caso do Maranhão e de Minas Gerais.

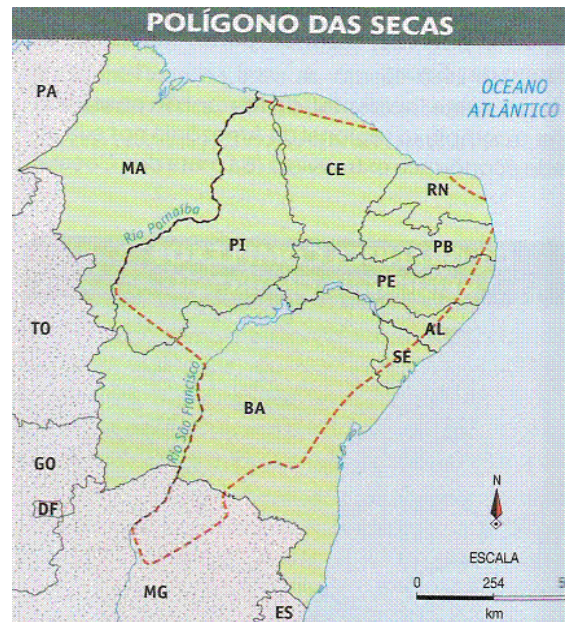
### Amazônia

Com uma área de aproximadamente 5 milhões de km<sup>2</sup> (58% do país), distribuídos por nove estados, é a mais extensa das regiões geoeconômicas. Seus limites ultrapassam muito os da Região Norte do IBGE, abrangendo a maior parte dos estados de Mato Grosso e do Tocantins e a parte oeste do Maranhão. O quadro natural é o traço marcante do complexo amazônico. São os seus principais elementos formadores: a extensa planície, o clima equatorial quente e úmido, a exuberante floresta equatorial e a riquíssima rede hidrográfica.

A Amazônia apresenta população absoluta, relativamente pequena, baixíssima densidade demográfica e economia baseada no extrativismo mineral e vegetal (látex, açaí, madeira e castanha) e na agropecuária. Nas últimas décadas, manifesta-se expressivo crescimento industrial no setor da mineração (implantação de grandes projetos) e no da indústria eletroeletrônica (Zona Franca de Manaus).

Além de ser o principal reduto dos povos indígenas e palco de graves problemas fundiários (questões de acesso à terra), ecológicos (desmatamentos, queimadas), sociais (invasões de domínios indígenas) e outros, a Amazônia apresenta-se ainda como fronteira da expansão agropecuária. Em consequência da ocupação populacional, houve intenso desmatamento. As previsões indicam que, se for mantido o ritmo atual, 42% da Amazônia estará desmatada até 2020.

### Nordeste



O complexo regional do Nordeste ocupa uma área de 1,5 milhão de km<sup>2</sup> (18% da área do país) e estende-se desde a metade leste do Maranhão até o norte de Minas Gerais

Concentra cerca de 30% da população do país, constituindo a região-problema, em virtude da grave situação social e econômica, marcada por: pobreza, fome, subnutrição, elevadas taxas de mortalidade infantil e de analfabetismo, baixos salários, grande concentração da renda e das terras, secas.

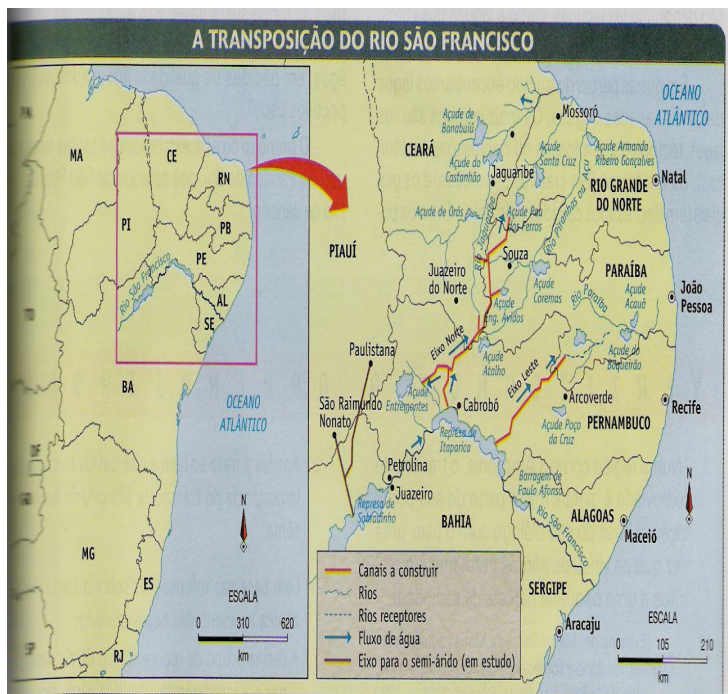
Caracterizado por acentuados contrastes naturais (litoral úmido, interior seco), o complexo regional do Nordeste compreende quatro porções ou sub-regiões: **Meio-Norte**, formado pelos estados do Maranhão e Piauí, constitui uma área de transição entre a Amazônia e o Nordeste; **Sertão**, é a mais extensa das sub-regiões e corresponde ao domínio do clima semi-árido, da vegetação de caatinga, área afetada por secas periódicas e que constitui o chamado Polígono das Secas; **Agreste**, área de transição entre o litoral (Zona da Mata) e o Sertão, é uma faixa de terras que se estende desde o Rio Grande do Norte até a Bahia, à parte do Agreste que está em contato com a Zona da Mata apresenta solos férteis e boas condições de umidade, já a que se aproxima do Sertão possui solos de baixa fertilidade e pouca umidade; e a **Zona da Mata**, primeira área do Brasil ocupada pelo colonizador europeu, sempre foi, e continua sendo, a mais importante sub-região do espaço geoeconômico nordestino, reúne a maior parte da população, os principais centros urbanos e industriais e também grande parte dos problemas que afetam o Nordeste.

O semi-árido nordestino vem convivendo com um quadro crônico de estagnação econômica agravado pelas últimas secas que a região vinha atravessando. A seca é o pano de fundo, a motivação, e o combustível que mantém a chama acesa do projeto da transposição das águas do rio São Francisco, justificando os vultosos investimentos do projeto da integração.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco vem sendo apresentado pelo Governo como a redenção do semi-árido dos estados de PE, PB, RN e CE - uma grande região que engloba 1/3 do semi-árido nordestino e 80% do território desses estados – e tem como objetivo abastecer 12 milhões de pessoas, 268 cidades, irrigar 300 mil hectares de terras e permitir o desenvolvimento social e econômico da região.

O projeto efetivamente consiste no bombeamento de águas do rio São Francisco para as bacias hidrográficas dos principais rios da região setentrional do nordeste brasileiro seguindo dois eixos, norte e leste. A captação do eixo norte é em Cabrobó (PE), abastecendo os rios Jaguaribe (CE), Piranhas-Açu (PB/RN), Apodi (RN) e Brígida (PE). O eixo leste interliga o rio São Francisco com os rios Paraíba (PB) e Moxotó (PE), com um bombeamento diretamente do reservatório de Itaparica (PE).

A Integração do Rio São Francisco se refere ao polêmico e antigo projeto de Integração de parte das águas do rio São Francisco, orçado atualmente em cerca de R\$ 6,5 bilhões, prevê a construção dos dois canais que totalizam 700 quilômetros de extensão. A idéia de integração das águas é tida como desde a época de Dom Pedro II, já sendo vista como única solução para a seca do nordeste. Naquela época não foi iniciado o projeto por falta de recursos da engenharia, mas algumas décadas mais tarde, foi retomada a discussão do projeto, como em 1943 por Getúlio Vargas, em 1994 por FHC e agora no governo de Lula, que é mais consistente e que já se encontra em fase de construção.



*Centro-Sul*

Abrange cerca de 2 milhões de km² (24% da área do país) e inclui, além das duas porções mais industrializadas (Sudeste e Sul), as áreas de economia mais dinâmica do

Centro-Oeste: o sul do Mato Grosso e os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul.

O Centro-Sul constitui o núcleo econômico do país. Concentra mais de 60% da população brasileira, a maior parte do parque industrial e da agropecuária, os maiores portos e aeroportos, a grande maioria dos cientistas e as maiores cidades do país, além de possuir a maior densidade rododiferroviária e as maiores e melhores universidades.

Mas o Centro-Sul não se destaca apenas pela pujança e dinamismo da sua economia. Destaca-se ainda pelos graves problemas sociais, encontrados principalmente nas grandes cidades: criminalidade, mendicância, desemprego, subemprego, falta de moradias, poluição ambiental e outros.

Considerando a região como um todo, podemos afirmar que ela não conheceu amplamente o trabalho escravo.

Aí se fixaram os maiores contingentes de imigrantes que vieram para o Brasil após a independência. Nessa parte do Brasil é marcante a presença de povos de etnia branca, ao contrário das demais regiões.

*Situação Atual*

Decorridos mais de quatro décadas desde a implantação do planejamento regional no Brasil, através das Superintendências de Desenvolvimento, verifica-se que, embora as regiões tenham apresentado um significativo crescimento econômico, os principais problemas não foram resolvidos. Por exemplo:

- A economia brasileira continua bastante concentrada na Região Sudeste;
- O Nordeste e a Amazônia, as duas principais regiões de planejamento, ainda apresentam as mesmas questões sociais do passado: pobreza generalizada, desigualdades na distribuição de renda e de terras, conflitos fundiários, desemprego, fome, elevados índices de mortalidade infantil e de analfabetismo;
- As industriais e os grandes projetos minerais e agropecuários implantados no Nordeste e na Amazônia com a política de incentivos fiscais e de outras facilidades (créditos oficiais) pertencem a empresários do Centro-Sul do país e do exterior, que se beneficiaram muito mais do que a própria população;
- Os produtos fabricados são consumidos, em geral, na Região Sudeste, uma vez que a maior parte da população do Nordeste e da Amazônia dispõe de pouco poder aquisitivo;
- A falta de mercado consumidor, conseqüência da desigual distribuição de renda, é o principal obstáculo ao desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia.